



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

## PLANO DE TRABALHO SIMPLIFICADO

## 1. TIPO DE PROJETO

- Ensino  
 Pesquisa  
 Extensão  
 Desenvolvimento Institucional  
 Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
 Fomento à Inovação

## ANEXO 1 – DADOS CADASTRAIS

## 1. DADOS CADASTRAIS DOPROPONENTE

1.1 Órgão/Entidade Proponente: <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI</b>				1.2 CNPJ: <b>18.621.825/0001-99</b>	
1.3 Endereço: <b>Av. Tenente Raimundo Rocha, S/N Bairro Cidade Universitária, Juazeiro do Norte</b>					
1.4 Cidade: <b>Juazeiro do Norte</b>		1.5 UF: <b>CE</b>	1.6 CEP: <b>63.048-080</b>		1.7 Esfera Administrativa: <b>Pública Federal</b>
1.8 DDD: <b>88</b>	1.9 Telefone: <b>3221 9200</b>		1.10 Fax:	1.11 E-mail: <b>gabinete@ufca.edu.br</b>	
1.12 Nº UG (Unidade Gestora): <b>158719</b>			1.13 Gestão (número): <b>26449</b>		
1.14 Conta Corrente: <b>xxxxx</b>		1.15 Banco: <b>xxxxx</b>		1.16 Agência: <b>xxxxx</b>	
1.17 Praça de Pagamento: <b>xxxxx</b>				1.18 Nome do Responsável: <b>Ricardo Luiz Lange Ness</b>	
1.19 CPF: <b>389.377.357-68</b>				1.20 RG/Órgão Expedidor: <b>2006009170979 SSPDS</b>	
1.21 Cargo: <b>Professor</b>		1.22 Função: <b>Reitor</b>		1.23 SIAPE: <b>1548731</b>	
1.24 Endereço: <b>Rua Alderico de Paula Damasceno, 229 – Novo Lameiro – Crato-Ce</b>				1.25 CEP: <b>63112-092</b>	

1.26 Nome do Coordenador do Projeto: <b>Lucas Romário da Silva</b>		1.27 CPF: <b>037.859.731-01</b>	
1.28 Unidade/Departamento: <b>Instituto Interdisciplinar de Sociedade Cultura e Artes (IISCA)</b>		1.29 SIAPE: <b>1076472</b>	
1.30 E-mail: <b>lucas.romario@ufca.edu.br</b>		1.31 Telefone Fixo: <b>88 3221 9521</b>	
		1.32 Telefone Celular: <b>83 9 8113 5925</b>	

1.33 Nome do Fiscal do Convênio/Contrato: <b>Diego Dario Almeida Quirino</b>		1.34 CPF: <b>046.318.883--77</b>	
1.35 Unidade/Departamento: <b>Diretoria de Articulação e Relações Institucionais</b>		1.36 SIAPE: <b>1019549</b>	
1.37 E-mail: <b>diego.quirino@ufca.edu.br</b>		1.38 Telefone Fixo: <b>88 3221 9266</b>	
		1.39 Telefone Celular:	
1.40 Nome do Suplente do Fiscal do Convênio/Contrato: <b>Antonio Gerson Bezerra de Moraes</b>			1.41 CPF: <b>230.509.933-91</b>
1.42 Unidade/Departamento: <b>Gabinete da Reitoria</b>		1.43 SIAPE: <b>9202157</b>	
1.44 E-mail: <b>gerson.morais@ufca.edu.br</b>		1.45 Telefone Fixo: <b>88 3221 9266</b>	
		1.46 Telefone Celular: <b>88 99671 8842</b>	

2.1 Tipo: <input checked="" type="checkbox"/> Público <input type="checkbox"/> Privado			
2.2 Nome/Razão Social: <b>Fundação de Apoio a Serviços Técnicos, Ensino e Fomento a Pesquisas - Fundação FASTEF</b>		2.3 CNPJ/CPF: <b>08.918.421.0001-08</b>	2.4 Esfera Administrativa:
2.5 Endereço: <b>Campus Universitário do PICI, S/N, Bloco 710, Sala B, Amadeu Furtado</b>			2.6 CEP: <b>60440-900</b>
2.7 Cidade: <b>Fortaleza</b>	2.8 UF: <b>CE</b>	2.9 Telefone: <b>(xx) xxxx-xxxx</b>	2.10 Fax:
2.11 Nome do Representante Legal: <b>Tomaz Nunes Cavalcante Neto</b>			2.12 CPF: <b>091.125.023-91</b>
2.13 RG/Órgão Expedidor/Emissão: <b>02919625</b>		2.14 Cargo: <b>Diretor Presidente</b>	

\* Se necessário, copie e cole o quadro acima para outros partícipes. Se não for o caso, apague esta informação.

## 1. DESCRIÇÃO DO PROJETO

1.1 Título do Projeto	1.2 Período de Execução	
Fomento ao desenvolvimento do <b>Curso de Especialização em Educação Bilíngue de Surdos</b> , na modalidade a distância, com ações de financiamento ao custeio (pagamento da equipe e material de consumo).	1.2.1 Início: 01/03/2023	1.2.2 Término: 01/09/2024
<p><b>1.3 Identificação do Objeto:</b></p> <p>Trata-se de demanda de fomento ao desenvolvimento de um curso em nível de pós-graduação <i>lato sensu</i>, na modalidade EaD: <b>Curso de Especialização em Educação Bilíngue de Surdos</b>, com ações de financiamento ao custeio (pagamento da equipe e material de consumo), conforme disponibilidade financeira e regularidade da ação formativa.</p>		
<p><b>1.4 Objetivos Geral e Específicos:</b></p> <p><b>Objetivo Geral:</b></p> <p>Realizar o fomento/financiamento ao custeio (pagamento da equipe e material de consumo), junto ao curso de pós-graduação <i>lato sensu</i>, na modalidade EaD: <b>Curso de Especialização em Educação Bilíngue de Surdos</b>.</p> <p><b>Objetivos Específicos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Assessorar na realizar estudos e planilhas de planejamento e de financiamento para o custeio, mediante a possibilidade financeira da UFCA, em parceria com a FASTEF;</li> <li>• Assessorar a coordenação do curso-alvo do fomento, objeto deste Plano de Trabalho quanto às normativas, planejamento, monitoramento e prestação de contas do estabelecido no presente Plano;</li> <li>• Propor ações fortalecedoras ao CEAD e coordenação do curso quanto aos procedimentos técnico-contábeis e de monitoramento das aplicações dos recursos previstos;</li> <li>• Assessorar CEAD e coordenação do curso na produção de manuais aos coordenadores e beneficiários da ação para a concretude e eficácia dessa ação, bem como orientar para aplicação dos instrumentais e relatórios mensais, temporais e finais a serem produzidos e encaminhados às esferas competentes;</li> <li>• Acompanhar e intervir, sempre que necessário, na condução e efetivação das aplicações financeiras, bem como orientar e informar a cerca de possíveis escassez de recursos, mediante o planejado/executado;</li> <li>• Atender a Portaria Normativa GR/UFCA nº 50, de 25 de agosto de 2022 que define as regras de pagamento de bolsas de fomento a bolsistas nos cursos de graduação e Pós-graduação na modalidade de Educação a Distância com recursos próprios, nos moldes do programa Universidade Aberta do Brasil da CAPES. Esta norma explicita que fica o Centro de Educação a Distância (CEAD) autorizado a conceder bolsas de fomento a EaD a professores e tutores, selecionados por edital público, que visem compor equipe de docentes de cursos de graduação e pós-graduação na modalidade a distância, fazendo uso de polos EaD e equipe de coordenação e tutoria dos cursos EaD;</li> <li>• Colaborar nas prestações de contas parciais e final da presente ação.</li> </ul>		
<p><b>1.5 Justificativa do Projeto:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Este projeto leva em consideração a justificativa à proposição do <b>Curso de Especialização em Educação Bilíngue de Surdos</b>, objeto deste Plano: Segundo o seu PPC trata-se de uma proposta de formação continuada a professores/as que objetiva desconstruir concepções engessadas acerca dos/as alunos/as surdos/as e construir novos discursos, tornando a cultura surda, a língua de sinais e o currículo para as diferenças pilares de práticas pedagógicas inclusivas. Aborda que está em consonância com os avanços que a educação bilíngue tem alcançado no Brasil. Como fruto da luta da comunidade surda brasileira, o país aprovou em 2021 a Lei n.º 14.191, de 3 de agosto de 2021, que altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Nessa lei, a educação bilíngue de surdos é reconhecida como modalidade educacional, ampliando as possibilidades pedagógicas para as pessoas surdas, que até então encontravam muitas barreiras para a criação de escolas bilíngues, tendo em vista a força da política de educação dita inclusiva.</li> <li>• Considera-se educação a distância (conforme o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017) a modalidade educacional na qual a mediação didático pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. Este Plano de Trabalho que visa fomentar o <b>Curso de Curso de Especialização em Educação Bilíngue de Surdos</b>, na modalidade a distância, tem esse conceito como basilar ao desenvolvimento da referida proposta de formação em nível de especialização. Proposta esta que origina-se à partir do certame Edital público nº 001/2022 – PRPI/CEAD/UFCA que dispõe de Chamada de Propostas para Oferta de Cursos de Pós-Graduação <i>lato sensu</i>, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Cariri – UFCA, publicado em 30/08/22. O resultado do referido concurso se deu na data de 19 de outubro de 2022, apontando a proposta <b>Curso de Especialização em Educação Bilíngue de Surdos</b> na modalidade a distância, curso objeto de financiamento por este Plano, como classificada, posicionando-se na <b>1ª colocação</b> do certame. Resultado que credencia o projeto do Curso a obter os recursos pleiteados à sua execução.</li> <li>• Conferem o rigor normativo necessários ao presente Plano, as previsões estabelecidas e contidas nos seguintes atos legais: Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que trata e institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências; a Resolução nº 1, de 11 de março de 2016, que estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância; o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; a Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017 que estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.</li> <li>• No âmbito interno da UFCA, contamos com a previsão da oferta de cursos na Modalidade EaD. Temos o artigo 57 do Estatuto da UFCA que prevê a oferta pela UFCA de cursos de graduação e/ou pós-graduação na modalidade a distância, com os mesmos padrões de qualidade oferecidos nos</li> </ul>		

curso presenciais e o Regulamento dos Cursos de Graduação que, em seu art. 7º, dispõe que a UFCA poderá oferecer cursos nas modalidades presencial e a distância. Com vistas à gestão da modalidade e através da Resolução Consuni nº 64, de 24 de fevereiro de 2022 foi criado o Centro de Educação a Distância - CEAD, como Órgão Suplementar para execução e gestão da modalidade Educação a Distância - EaD na Universidade Federal do Cariri - UFCA. Dentre suas finalidades, destacamos aqui: promover a articulação, a mobilização e o envolvimento da comunidade universitária em ações de EaD, em especial divulgando, para as Unidades Acadêmicas e demais órgãos interessados da UFCA, informações sobre programas, projetos, eventos, editais e atos congêneres e apresentar, perante os órgãos competentes, propostas relativas a ações de EaD.

- Por meio da Portaria do Ministério da Educação/Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, nº 610, de 25 de abril de 2022, tornou-se público o credenciamento da Universidade Federal do Cariri - UFCA, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância. Tal normativa possibilita não somente a UFCA a oferta de cursos na Modalidade EaD, bem como uma institucionalização mais robusta ao atual aparato a essa nova modalidade que vem juntar-se à presencial já em pleno desenvolvimento. A iniciativa da oferta, portanto do curso objeto deste PT nessa modalidade, nasce dessa “autorização” por parte do MEC e possibilita que a Instituição se utilize de novos e agregadores fatores que contribuirão ao seu papel enquanto instituição formadora de pessoas e ainda mais, à elevação do seu potencial enquanto IES autônoma e reconhecidamente ofertante de cursos de pós-graduação com qualidade; de fomentadora da inclusão de pessoas no Ensino Superior gratuito. Inclusão com forte apelo econômico e social, dado a imensa possibilidade de alcance de seus cursos a pessoas inseridas no universo acadêmico e dos potenciais da Internet.
- Prima essa iniciativa de oferta de cursos na esfera educativa, em nível de especialização na qualidade como ponto essencial. Temos que a EaD, sabidamente já supera em número de matrículas o ensino presencial. Significando um aumento substancial no número de Instituições credenciadas pelo MEC, tem-se a oferta de um universo de cursos de graduação e pós-graduação na modalidade no país. Porém, essa iniciativa se propõe e se qualifica, a partir de uma proposição baseada no aspecto qualitativo e na inclusão, mediada pelos meios tecnológicos a que se faz uso na EaD, mas também tem como bases indissociáveis nas ofertas a extensão universitária; a inter e transdisciplinaridade; os eixos temáticos relevantes na sociedade atual e a pesquisa. Mediante esses pressupostos a oferta e abertura de vagas às pessoas, com essa característica da EaD, oportuniza que pessoas distantes fisicamente possam obter qualificação de qualidade, ampliando e oportunizando formações em nível superior a um número considerável de cidadãos e cidadãs, sem desconsiderar os públicos mais próximos da Sede, por meio de uma formação sólida, antenada com o mundo tecnológico e visando suprir a um mercado ávido por profissionais capacitados/habilitados e com uma visão que alie a teoria à prática numa ação proativa e humana.
- É relevante citar que no campo das especializações *lato sensu* na UFCA, destaca-se que essas ofertas têm como normativa norteadora a Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018, a qual estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996, e dá outras providências. Sob essa norma, são definidos os parâmetros à oferta de cursos de especializações na modalidade EaD, como é o caso deste curso/oferta. Assim, cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização são programas de nível superior, de educação continuada, com os objetivos de complementar a formação acadêmica, atualizar, incorporar competências técnicas e desenvolver novos perfis profissionais, com vistas ao aprimoramento da atuação no mundo do trabalho e ao atendimento de demandas por profissionais tecnicamente mais qualificados para o setor público, as empresas e as organizações do terceiro setor, tendo em vista o desenvolvimento do país. E que esses cursos de especialização são abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação, que atendam às exigências das instituições ofertantes. Afirma a norma que os cursos de especialização poderão ser oferecidos presencialmente ou a distância, observadas a legislação, as normas e as demais condições aplicáveis à oferta, à avaliação e à regulação de cada modalidade, bem como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). A proposição do curso objeto deste PT também contempla a possibilidade de parcerias, em atenção ainda a Resolução acima citada que prevê em seu art. 2º, § 2º: Fica permitido convênio ou termo de parceria congênera entre instituições credenciadas para a oferta conjunta de curso(s) de especialização no âmbito do sistema federal e dos demais sistemas de ensino.
- O presente Plano leva em consideração recente norma aprovada pela Câmara Acadêmica do CONSUNI-UFCA (Res. nº 17, de 16/08/22), que dispõe sobre a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização, na modalidade EaD, no âmbito do Centro de Educação a Distância da Universidade Federal do Cariri - UFCA. Nesta normativa está disposto que o plano de trabalho com a descrição orçamentária do projeto de curso, ou seja, a planilha financeira será da responsabilidade da gestão do curso, exceto para os cursos de fomento da Universidade Aberta do Brasil - UAB. O coordenador proponente de curso, deverá tomar como base a Portaria da UFCA que trata dos valores a serem pagos a docentes, tutores e outros atores de cursos em EaD no formato de bolsa. O orçamento para o fomento não poderá exceder o plano de trabalho do Centro de Educação a Distância, conforme edital. Portanto é legitimado este Plano de Trabalho, mediante tal documento legal da UFCA. Soma-se, ainda com relação à regulamentação do curso objeto deste PT, a Resolução CONSUNI nº 98, de 18 de agosto de 2022, que vem estabelecer normas regulando e disciplinando o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*.
- Na execução orçamentária do curso objeto deste Plano, são previstos Polos de Apoio Presenciais. É, portanto, necessário confirmar o que se apresenta no Decreto nº 9.057, de 2017, em seu art. 5º: O polo de educação a distância é a unidade descentralizada da instituição de educação superior, no País ou no exterior, para o desenvolvimento de atividades presenciais relativas aos cursos ofertados na modalidade a distância. Os polos de educação a distância manterão infraestrutura física, tecnológica e de pessoal adequada aos projetos pedagógicos dos cursos ou de desenvolvimento da instituição de ensino.
- Já o art. 102 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro 2017 prevê que caberá às IES a ampla divulgação de seus atos institucionais, de seus cursos e dos documentos pedagógicos e de interesse dos respectivos estudantes, nos termos do art. 47 da Lei nº 9.394, de 1996. É importante citar que as IES, independentemente do seu sistema de ensino, manterão seus dados atualizados junto ao Cadastro e-MEC, mantido pelo Ministério da Educação, e prestarão anualmente as informações pertinentes ao Censo da Educação Superior.
- Com relação às atividades presenciais da proposta objeto deste Plano, recorreremos novamente ao que diz o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, em seu art. 15: Os cursos de pós-graduação *lato sensu* na modalidade a distância poderão ter as atividades presenciais realizadas em locais distintos da sede ou dos polos de educação a distância. No art. 4º é afirmado que as atividades presenciais, como tutorias, avaliações, estágios, práticas profissionais e de laboratório e defesa de trabalhos, previstas nos projetos pedagógicos ou de desenvolvimento da instituição de ensino e do curso, serão realizadas na sede da instituição de ensino, nos polos de educação a distância ou em ambiente profissional, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais. Por sua vez, o art. 100 da Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, prevê que a oferta de atividades presenciais em cursos de EaD deve observar o limite máximo de 30% (trinta por cento) da carga horária total do curso, ressalvadas a carga horária referente ao estágio obrigatório e as especificidades previstas nas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso. Sob tais normativos relativamente às atividades presenciais no curso, resume-se que pode a Curso na modalidade EaD dar-se integralmente a distância, porém há um elemento diferenciador nessa oferta integral em EaD. Para a oferta integral em EaD, o curso deverá atender ao previsto no art. 8º, § 1º da Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017: A oferta de cursos superiores a distância sem previsão de atividades presenciais, inclusive por IES detentoras de autonomia, fica condicionada à autorização prévia pela SERES, após avaliação in loco no endereço sede, para comprovação da existência de infraestrutura tecnológica e de pessoal suficientes para o cumprimento do PPC, atendidas as DCN e normas específicas expedidas pelo MEC. Portanto, a proposta objeto deste PT contempla, no mínimo, que as avaliações e ou outras atividades sejam realizadas com a presença dos estudantes.

- Quanto aos Polos de apoio presenciais contidos na proposta objeto deste Plano, leva em consideração que a criação de polo de educação a distância, de competência da instituição de ensino credenciada para a oferta nesta modalidade, fica condicionada ao cumprimento dos parâmetros definidos pelo Ministério da Educação, de acordo com os resultados de avaliação institucional. Referente à criação de novos polos tem-se que a instituição de ensino deverá informar ao Ministério da Educação, nos termos estabelecidos em regulamento e normas.
- Por fim, afirma-se que nessa execução orçamentária prevista e planejada e com base na Resolução nº 1, de 11 de março de 2016, são levados em consideração que os sistemas de acompanhamento e avaliação da aprendizagem devem ser contínuos e efetivos na proposta, visando a propiciar, a partir da garantia de condições adequadas, o desenvolvimento e a autonomia do estudante no processo de ensino e aprendizagem.
- Por fim, justifica-se o presente planejamento como uma das medidas institucionais visando contribuir ao atingimento da Meta 12 do Plano Nacional de Educação – PNE para a Educação Superior: Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público. Visando essa meta, temos que a UFCA, criada pela Lei nº 12.826, de 5 de junho de 2013 e localizada em uma região de grande riqueza natural e cultural no sul do Ceará (a 500 km da capital, Fortaleza) passou, a partir do seu Plano de Desenvolvimento Institucional, a inserir em suas ações a oferta de ensino na modalidade a distância, através da institucionalização da mesma. Todo o engajamento da Instituição em torno dessa nova e inovadora perspectiva de atuação da UFCA, fundamentaram as normativas, dentre estas a criação do Centro de Educação a Distância (CEAD) como órgão suplementar à Reitoria, responsável pela gestão da modalidade EaD ainda neste ano de 2022. Essas normativas institucionais e a crescente Institucionalização da modalidade possibilitaram o início de ofertas de cursos de graduação e pós-graduação pela Instituição.
- Tem-se, portanto, que as ações previstas neste Plano de Trabalho e que preveem o fomento dessa iniciativa, são de fundamental e decisiva importância. O financiamento das ações de pagamentos de bolsas a tutores e professores; coordenadores e outros atores da ação direta junto ao curso-alvo desta ação/plano, além da proposição e condição de aquisição de material de consumo, pagamentos de diárias e passagens, dentre outras precisamente orçadas neste documento, virão, de maneira efetiva e segura viabilizar essas primeiras iniciativas (cursos) que buscam efetivar os objetivos institucionais da UFCA na modalidade EaD, na visão mais ampla que à UFCA cabe o objetivo de ministrar ensino superior; desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional mediante atuação multicampi.

#### 1.6 Resultados Esperados (descrever sucintamente):

- Elaboração de edital para seleção de Coordenador(a) para o **Curso de Especialização em Educação Bilingue de Surdos** na modalidade a distância com previsão de vagas, cadastro de reservas e pagamento de bolsas viabilizados por este instrumento e demais peças orçamentárias resultantes e normativos;
- Elaboração de edital para seleção de tutores EaD presenciais para o **Curso de Especialização em Educação Bilingue de Surdos** na modalidade a distância com previsão de vagas, cadastro de reservas e pagamento de bolsas viabilizados por este instrumento e demais peças orçamentárias resultantes e normativos;
- Elaboração de edital para seleção de tutores EaD a distância para o **Curso de Especialização em Educação Bilingue de Surdos** na modalidade a distância com previsão de vagas, cadastro de reservas e pagamento de bolsas viabilizados por este instrumento e demais peças orçamentárias resultantes e normativos;
- Elaboração de edital para seleção de professores formadores EaD para o **Curso de Especialização em Educação Bilingue de Surdos** na modalidade a distância com previsão de vagas, cadastro de reservas e pagamento de bolsas viabilizados por este instrumento e demais peças orçamentárias resultantes e normativos;
- Elaboração de edital para seleção de professores conteudistas EaD para o **Curso de Especialização em Educação Bilingue de Surdos** na modalidade a distância com previsão de vagas, cadastro de reservas e pagamento de bolsas viabilizados por este instrumento e demais peças orçamentárias resultantes e normativos;
- Coordenador(a), professores e tutores selecionados e com cadastro de reservas aptos a serem convocados a atuar no **Curso de Especialização em Educação Bilingue de Surdos** na modalidade a distância;
- Realização um seminário com professores, tutores e demais atores participantes do curso, com a finalidade de socialização das ações e disseminação de normas de funcionamento do programa de oferta desse curso EaD na UFCA;
- Alcançada articulação entre esta oferta/curso com os cursos ofertados no âmbito do Sistema UAB da UFCA, visando ações conjuntas e programáticas;
- Proposição de melhoria da oferta presente e futura possível, promovendo avaliações e devolvendo feedback dessas ao Centro de Educação a Distância (CEAD) durante o início, meio e fim da oferta do curso pela UFCA, na modalidade EaD, sobretudo nos quesitos de orçamento e financiamento.

#### 1.7 Valor Total:

**74.465,60 (Setenta e quatro mil e quatrocentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos)**

\*Obs.: jamais iniciar a execução antes da aprovação final do instrumento.

## ANEXO 3 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

## 1. EXECUÇÃO (Meta, Etapa, Especificação, Indicador Físico e Período de Execução)

1.1 Meta	1.2 Etapa/Fase	1.3 Especificação	1.4 Indicador Físico		1.5 Período de Execução	
			1.4.1 Unid. Medida	1.4.2 Qtde.	1.5.1 Início	1.5.2 Término
00 Submeter o projeto ao Comitê de Governança da UFCA	1ª	Submeter o projeto ao Comitê de Governança da Universidade Federal do Cariri – UFCA via Centro de Educação a Distância (CEAD) da UFCA.	UNIDADE	01	Mês 01	Mês 01
01 Formar uma Comissão de Elaboração e Execução dos Editais de Seleção de Coordenador(a) professores e tutores EaD, no âmbito deste Projeto.		Formação de uma comissão composta por representantes do Comitê Institucional de Educação a Distância do Centro de Educação a Distância (CEAD), docentes e TAES convidados, para elaboração e execução dos Editais de Seleção de Coordenador(a) , professores e tutores EaD no âmbito deste Projeto.	UNIDADE	01	Mês 01	Mês 01
02 Selecionar e capacitar coordenador(a), professores e tutores, via editais específicos.	2ª	Realizar os processos seletivos e ofertar uma capacitação na Plataforma Moodle para os selecionados, conforme o tipo de seleção/edital.	UNIDADE	01	Mês 02	Mês 02
03 Convocar os selecionados capacitados para atuarem efetivamente, conforme o tipo de edital e função para os quais forem selecionados e habilitados.		Definição dos profissionais a serem convocados para cada curso, polo e disciplinas do curso, realizando contatos e informando datas de início das atuações de cada profissional, conforme seleções/editais.	UNIDADE	01	Mês 02	Mês 02
04 Elaborar e imprimir/informatizar planilhas de registros de atuações, distribuições de bolsistas por cursos e polos e cadastro de reservas.	3ª	Conforme convocações, alimentar e atualizar sempre que necessário planilha de acompanhamento e registros de atuações dos bolsistas atuantes e em reserva para chamamentos, conformes necessidades do curso/polo. Atualizar e realizar backup das planilhas e informações das atuações dos bolsistas, por tipo polo.	UNIDADE	01	Mês 02	Mês 02
05 Elaborar e imprimir/informatizar planilhas de registros financeiros e de frequências mensais dos bolsistas atuantes por tipo, curso e polo EaD.		Conforme convocações, alimentar e atualizar sempre que necessário planilhas financeiras e de frequências dos bolsistas atuantes, para fins de liberação de pagamentos de bolsas, atualizações, cancelamentos e outros eventos de rotina, conformes necessidades de cada tipo de bolsista, polo. Atualizar e realizar backup das planilhas financeiras e de frequências dos bolsistas atuantes por tipo polo.	UNIDADE	01	Mês 03	Mês 03
06 Realizar seminário para avaliação do projeto, e apresentação dos resultados até então encontrados e definir intervenções corretivas, caso seja detectadas distorções no andamento do projeto.	4ª	Realizar seminário envolvendo todos os atores da ação de ofertas do curso EaD objeto do Plano, com vistas à avaliação do projeto, apresentação dos resultados até então encontrados e definir intervenções corretivas, caso sejam detectadas distorções no andamento do projeto.	UNIDADE	01	Mês 08	Mês 10
07 Concluir o projeto.	5ª	Entrega de um documento resultante das análises e avaliações da execução do Plano, contendo os resultados obtidos, benefícios gerados, recursos aplicados e prestação de contas final aos órgãos financiadores. Apresentar estratégias de melhorias ao Plano e ao projeto/curso e possibilidades ou não de replicação dos mesmos. Apresentar números e dados estatísticos de estudantes beneficiados em consequência do projeto.	UNIDADE	01	Mês 16	Mês 18

## ANEXO 4 – PLANO DE APLICAÇÃO

## 1. PLANO DE APLICAÇÃO (em R\$)

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	UNID	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
<b>1. RECURSOS HUMANOS</b>				
<b>1.1 CLT (Salário + benefícios)</b>				
				-
<b>Subtotal</b>				-
<b>Encargos</b>				-
<b>Total</b>				-
<b>1.2. ESTÁGIO</b>				
Estagiário(s)	Unid.	30	400,00	12.000,00
<b>Total</b>				<b>12.000,00</b>
<b>1.3. SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA FÍSICA</b>				
Coordenador	Unid.	18	1.667,00	30.006,00
Prof. Formador I	Unid.	10	1.548,00	15.480,00
<b>Subtotal</b>				<b>45.486,00</b>
<b>Encargos (INSS PATRONAL)</b>				<b>9.097,20</b>
<b>Total</b>				<b>54.583,20</b>
<b>TOTAL 1</b>				<b>66.583,20</b>
<b>2. SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA</b>				
Seguro de vida dos estagiários	Unid.	1	200,00	200,00
Atestado de saúde ocupacional - ASO	Unid.	1	150,00	150,00
<b>TOTAL 2</b>				<b>350,00</b>
<b>3. MATERIAL DE CONSUMO</b>				
Material de expediente e informática em geral	Unid.	1	762,80	762,80
<b>TOTAL 3</b>				<b>762,80</b>
<b>4. MATERIAL PERMANENTE</b>				
				-
<b>TOTAL 4</b>				-
<b>5. OUTRAS DESPESAS</b>				
<b>5.1 PASSAGENS</b>				
				-
<b>Total</b>				-
<b>5.2 ADIANTAMENTO DE VIAGEM</b>				
				-
<b>Total</b>				-
<b>TOTAL 5</b>				-

<b>6. OUTROS BENS E DIREITOS</b>				
				-
<b>TOTAL 6</b>				-
<b>SUBTOTAL (ITENS 1 A 6)</b>				<b>67.696,00</b>
<b>7. DESPESAS OPERACIONAIS ADMINISTRATIVAS</b>				
Despesas Operacionais e Administrativas (10%)				6.769,60
<b>TOTAL 7</b>				<b>6.769,60</b>
<b>DESPESAS TOTAL</b>				<b>74.465,60</b>

ANEXO 5 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

1. VALORES (em R\$)

<b>Meta</b>	<b>MAR / 2023</b>	<b>ABR / 2023</b>	<b>MAI / 2023</b>	<b>JUN / 2023</b>	<b>JUL / 2023</b>	<b>AGO / 2023</b>
	<b>74.465,60</b>					
<b>Meta</b>	<b>SET / 2023</b>	<b>OUT / 2023</b>	<b>NOV / 2023</b>	<b>DEZ / 2023</b>	<b>JAN / 2024</b>	<b>FEV / 2024</b>
<b>Meta</b>	<b>MAR / 2024</b>	<b>ABR / 2024</b>	<b>MAI / 2024</b>	<b>JUN / 2024</b>		
<b>Meta</b>						
<b>Meta</b>						

## ANEXO 6 – EQUIPE ENVOLVIDA NO PROJETO

## 1. RELAÇÃO DA EQUIPE ENVOLVIDA NO PROJETO (Art. 6º, § 1º, incisos III e IV c/c § 3º do Decreto nº 7.423/2010)

	NOME	CPF	SIAPE	CARGO	VINCULAÇÃO	ENDEREÇO	CEP
1	Lucas Romário da Silva	037.859.731-01	1076472	COORDENADOR	UFCA	Rua Odete Matos Alencar, 2000, Apto 401, Lagoa Seca	63.046-590
2	Érika Teodósio do Nascimento	988.205.243-68	1222312	FORMADOR I	UFCA	Rua Ladislau de Arruda Campos, 290B. Bairro Antônio Vieira	63.022-163
3	Roger Lineira Prestes	001.088.610-90	1021889	FORMADOR I	UFCA	Rua Maria Diva de Carvalho, 100, apto 1603	63.040-730
4	Ana Kelly da Silva Fernandes	053.594.443.80	1367846	FORMADOR I	UFCA	Rua ClariaseSiebraSaraiva, 93, Tiradentes	63.049.182
5	Ana Carmita Bezerra de Souza	907.567.895-91	2753810	FORMADOR I	UFCA	Rua Francisca Leila Fontes Boaventura Paulino, n. 1373, Jardim Gonzaga, Juazeiro do Norte -CE	63.010-000
6	Gisele Pereira Gama Garcia	033.390.463-01	1259424	FORMADOR I	UFCA	Rua José Soares Filho, 106, Santo Antônio	63.050-150
7	Elaine Cristina de Sousa Magalhães Brito	679.584.602-44		ESTAGIÁRIO	UFCA	Rua Horácio Campelo, 268, Timbaúbas, Juazeiro do Norte	63.028-240
8	José George Macedo Cruz	052.201.613-85		ESTAGIÁRIO	UFCA	Av. Dr. Floro Bartolomeu, 401	63.010-055
9	Adália Samara Alencar	053.521.493-66		ESTAGIÁRIO	UFCA	Rua Odílio Figueiredo, 546, João Cabral, Juazeiro do Norte	63.051-145
10	Miriam Royer	082.072.789-00	1100272	FORMADOR I	UFCA	Rua Doutor Mauro Sampaio, n. 929, Lagoa Seca, Juazeiro do Norte -CE	63040-620

## (CONTINUIDADE)

TEL	E-MAIL INSTITUCIONAL	E-MAIL PESSOAL	MUNIC/UF	FUNÇÃO NO PROJETO	CARGA HORÁRIA DE TRABALHO NO PROJETO	VALOR A RECEBER PELO PROJETO	FORMA DE PAGAMENTO
83 98113-5925	lucas.romario@ufca.edu.br		Juazeiro do Norte/CE	Coordenador	6 horas semanais	26.672,00	Transferência Bancária
85 98844-1105	erika.teodosio@ufca.edu.br		Juazeiro do Norte/CE	Formador I	4 horas semanais	3.096,00	Transferência Bancária
85 99119-8041	roger.prestes@ufca.edu.br		Juazeiro do Norte/CE	Formador I	4 horas semanais	3.096,00	Transferência Bancária
88 99479-8193	kelly.silva@ufca.edu.br		Juazeiro do Norte/CE	Formador I	4 horas semanais	3.096,00	Transferência Bancária
88 99839-0876	ana-carmita.souza@ufca.edu.br		Juazeiro do Norte/CE	Formador I	4 horas semanais	3.096,00	Transferência Bancária
88 99993-0935	gisele.garcia@ufca.edu.br		Juazeiro do Norte/CE	Formador I	4 horas semanais	1.548,00	Transferência Bancária
88 98848-4821	elaine.brito@aluno.ufca.edu.br		Juazeiro do Norte/CE	Estagiário	20 horas semanais	4.800,00	Transferência Bancária
88 99683-6868	george.macedo@aluno.ufca.edu.br		Juazeiro do Norte/CE	Estagiário	20 horas semanais	3.600,00	Transferência Bancária
88 98821-3534	adalia.alencar@aluno.ufca.edu.br		Juazeiro do Norte/CE	Estagiário	20 horas semanais	3.600,00	Transferência Bancária
4899809-2087	miriam.royer@ufca.edu.br		Juazeiro do Norte/CE	Formador I	4 horas semanais	1.548,00	Transferência Bancária

V - cronograma de desembolso;

VI - previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;

VII - se o ajuste compreender obra ou serviço de engenharia, comprovação de que os recursos próprios para complementar a execução do objeto estão devidamente assegurados, salvo se o custo total do empreendimento recair sobre a entidade ou órgão descentralizador".

**DECRETO Nº 7.423, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

"Art. 6º O relacionamento entre a instituição apoiada e a fundação de apoio, especialmente no que diz respeito aos projetos específicos deve estar disciplinado em norma própria, aprovada pelo órgão colegiado superior da instituição apoiada, observado o disposto na [Lei nº 8.958, de 1994](#), e neste Decreto.

§ 1º Os projetos desenvolvidos com a participação das fundações de apoio devem ser baseados em plano de trabalho, no qual sejam precisamente definidos:

I - objeto, projeto básico, prazo de execução limitado no tempo, bem como os resultados esperados, metas e respectivos indicadores;

II - os recursos da instituição apoiada envolvidos, com os ressarcimentos pertinentes, nos termos do art. 6º da [Lei nº 8.958, de 1994](#);

III - os participantes vinculados à instituição apoiada e autorizados a participar do projeto, na forma das normas próprias da referida instituição, identificados por seus registros funcionais, na hipótese de docentes ou servidores técnico-administrativos, observadas as disposições deste artigo, sendo informados os valores das bolsas a serem concedidas;

IV - pagamentos previstos a pessoas físicas e jurídicas, por prestação de serviços, devidamente identificados pelos números de CPF ou CNPJ, conforme o caso.

§ 2º Os projetos devem ser obrigatoriamente aprovados pelos órgãos colegiados acadêmicos competentes da instituição apoiada, segundo as mesmas regras e critérios aplicáveis aos projetos institucionais da instituição.

§ 3º Os projetos devem ser realizados por no mínimo dois terços de pessoas vinculadas à instituição apoiada, incluindo docentes, servidores técnico-administrativos, estudantes regulares, pesquisadores de pós-doutorado e bolsistas com vínculo formal a programas de pesquisa da instituição apoiada.

§ 4º Em casos devidamente justificados e aprovados pelo órgão colegiado superior da instituição apoiada poderão ser realizados projetos com a colaboração das fundações de apoio, com participação de pessoas vinculadas à instituição apoiada, em proporção inferior à prevista no § 3º, observado o mínimo de um terço.

§ 5º Em casos devidamente justificados e aprovados pelo órgão colegiado superior da instituição apoiada, poderão ser admitidos projetos com participação de pessoas vinculadas à instituição apoiada em proporção inferior a um terço, desde que não ultrapassem o limite de dez por cento do número total de projetos realizados em colaboração com as fundações de apoio.

§ 6º Para o cálculo da proporção referida no § 3º, não se incluem os participantes externos vinculados a empresa contratada.

§ 7º Em todos os projetos deve ser incentivada a participação de estudantes.

§ 8º A participação de estudantes em projetos institucionais de prestação de serviços, quando tal prestação for admitida como modalidade de extensão, nos termos da normatização própria da instituição apoiada, deverá observar a [Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008](#).

§ 9º A participação de docentes e servidores técnico-administrativos nos projetos de que trata o § 1º deste artigo deve atender a legislação prevista para o corpo docente e servidores técnico-administrativos da instituição apoiada, além das disposições específicas, na forma dos §§ 3º, 4º, 5º e 6º.

§ 10. No caso de projetos desenvolvidos em conjunto por mais de uma instituição, o percentual referido no § 3º poderá ser alcançado por meio da soma da participação de pessoas vinculadas às instituições envolvidas.

§ 11. No âmbito dos projetos de que trata o § 1º deste artigo, a instituição apoiada deve normatizar e fiscalizar a composição das equipes dos projetos, observadas as disposições do [Decreto nº 7.203 de 04 de junho de 2010](#).

§ 12. É vedada a realização de projetos baseados em prestação de serviço de duração indeterminada, bem como aqueles que, pela não fixação prazo de finalização ou pela reapresentação reiterada, assim se configurem.

§ 13. Deve haver incorporação, à conta de recursos próprios da instituição apoiada, de parcela dos ganhos econômicos decorrentes dos projetos de que trata o § 1º, observada a legislação orçamentária.

Juazeiro do Norte-CE, de de 2022

*Documento assinado digitalmente*

**RICARDO LUIZ LANGE NESS**

Reitor da UFCA

*Documento assinado digitalmente*

**TOMAZ NUNES CAVALCANTE NETO**

Diretor Presidente da FASTEF

**Prof. Dr. Lucas Romário da Silva**

Coordenador do Projeto